

Liderança do PTB

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 40, DE 2003

(Reforma da Previdência Social)

Modifica os artigos 37, 40, 42, 96, 142 e 149 da Constituição Federal, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Alterem-se os artigos 37, inciso XI e 10 da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2003, nos seguintes termos:

“Art. 37.....

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, **aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, a maior remuneração atribuída por lei a Desembargador, a título de vencimento, de representação mensal e de**

adicionais por tempo de serviço, e, nos Municípios, o subsídio mensal do Prefeito, se inferiores;

“Art. 10 – Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado nesse inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data da entrada em vigor desta Emenda a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite, nos Estados e no Distrito Federal, **a maior remuneração atribuída, por lei a Desembargador, a título de vencimento, de representação mensal e de adicionais por tempo de serviço, e, nos Municípios, o subsídio mensal do Prefeito, se inferiores.**

JUSTIFICATIVA

O subsídio mensal do Governador do Estado, previsto como limite ou subteto nos Estados, a um só tempo:

1º) fere o princípio constitucional da separação dos Poderes;

2º) sujeita o Poder Judiciário dos Estados à vontade política do Poder Executivo, em verdadeira intervenção deste naquele;

3º) viola o princípio constitucional da autonomia administrativa, ao submeter o poder de iniciativa para a fixação do subsídio dos membros dos Tribunais de Justiça às iniciativas do Chefe do Poder Executivo;

4º) institui permanente insegurança na magistratura estadual, ao eleger os Governadores dos Estados como árbitros absolutos em tema remuneratório, com possibilidade, inclusive, de proporem a redução de seus subsídios, como já vem acontecendo;

5º) atenta contra a realidade, sabido que os Governadores de Estado recebem subsídio em espécie e in natura, este seguramente superior àquele;

6º) acarreta intolerável achatamento salarial na magistratura estadual, pois um Desembargador com 35 anos de serviço passará a ter remuneração muito próxima de um Juiz Substituto, recém ingresso na magistratura, o que, além de desestimular o aperfeiçoamento e a produtividade relacionados com as promoções, por expressa previsão constitucional, eliminará a verticalidade necessária ao bom funcionamento de qualquer carreira;

A presente Emenda adota, por simetria, a idéia da PEC, que aliás, já é texto constitucional, ao fixar, no art. 10, a remuneração de Ministro do Supremo Tribunal Federal como teto geral e obrigatório para o serviço público

Nos Estados Federados o critério não pode ser diferente, isto é, o chamado subteto, pretendido pelos Governadores deve corresponder à maior remuneração atribuída por lei a Desembargador que, como o Ministro do Supremo Tribunal Federal, não tem salário in natura, sendo, assim, justificados referenciais para os demais servidores públicos.

Sala de Sessões, em de maio de 2003.

Deputado Roberto Jefferson
Líder do PTB